

Revista
FONTES DOCUMENTAIS

**O PROBLEMA DA BRANQUITUDE NA HISTORIOGRAFIA DA
FILOSOFIA BRASILEIRA**

THE PROBLEM OF WHITENESS IN THE HISTORIOGRAPHY OF BRAZILIAN PHILOSOPHY

DOI: 10.9771/rfd.v8i0.71391

Pedro Farias Mentor

Doutorando, Mestre e licenciado em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Filosofia, Cultura e Educação pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), em Ensino de Humanidades e Linguagens pelo Instituto Federal de Brasília (IFB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9467-8012>. E-mail: pedrofariasmentor@gmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise da estrutura epistemológica da branquitude na formação e na historiografia da filosofia brasileira. Parte-se do diagnóstico de que o campo filosófico nacional se constituiu sob um regime de visibilidade seletiva que relegou ao esquecimento sujeitos, saberes e práticas não brancas — especialmente indígenas e negras. O objetivo é investigar como os dispositivos históricos e simbólicos da branquitude — expressos, sobretudo, no cristianismo, na primazia da escrita e no fetichismo do sujeito racional — operam como mecanismos de dominação orientados pelo imaginário racial, organizando tanto o modo de fazer filosofia no Brasil quanto sua historiografia. O estudo articula contribuições de Maria Aparecida Bento, Denise Ferreira da Silva, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Nego Bispo, entre outros, para evidenciar as formas pelas quais esse pacto social entre branco estrutura simultaneamente a produção e o ensino da filosofia no país. Argumenta-se que romper com esses mecanismos exige reconfigurar as condições pelas quais certos pensamentos são legitimados como filosóficos e outros não, reconhecendo os subterrâneos que naturalizam o onto-epistemicídio em metamorfose constante no fazer filosófico brasileiro.

Palavras-chaves: Filosofia brasileira; Branquitude; Decolonialidade; Epistemicídio.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the epistemological structure of whiteness in the formation and historiography of Brazilian philosophy. It begins from the diagnosis that the national philosophical field was constituted under a regime of selective visibility that relegated non-white subjects, knowledges, and practices—especially Indigenous and Black ones—to oblivion. The objective is to investigate how the historical and symbolic dispositifs of whiteness—expressed above all in Christianity, the primacy of writing, and the fetishization of the rational subject—operate as mechanisms of domination guided by the racial imaginary, organizing both the ways philosophy is practiced in Brazil and its historiography. The study brings together contributions from Maria Aparecida Bento, Denise Ferreira da Silva, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Nego Bispo, among others, in order to highlight the ways in which this social pact among whites simultaneously structures the production and the teaching of philosophy in the country. It is argued that breaking with these mechanisms requires reconfiguring the conditions under which

certain forms of thought are legitimized as philosophical while others are not, by recognizing the subterranean processes that naturalize an onto-epistemicide in constant metamorphosis within Brazilian philosophical practice.

Keywords: Brazilian philosophy; Whiteness; Decoloniality; Epistemicide.

1 INTRODUÇÃO

A filosofia brasileira foi historicamente marcada por uma epistemologia racializada, que privilegiou perspectivas brancas e europeias, muitas vezes em detrimento de saberes indígenas, africanos e populares, enquanto destruía outras formas de pensamento, muitas vezes em detrimento de saberes indígenas, africanos e populares. Desde o período colonial, especialmente entre os séculos XVI e XIX, até o Brasil republicano, o cristianismo e a institucionalidade acadêmica moldaram não apenas o conteúdo do pensamento filosófico, mas também os critérios de legitimidade e reconhecimento de quem poderia filosofar.

Em trabalhos como os de Antônio Paim (1981), evidenciando padrões que persistem ainda hoje, percebemos que, por séculos, os principais representantes da filosofia brasileira foram padres e teólogos católicos, cuja formação e atuação refletiam tanto uma adesão aos cânones europeus quanto às normas do poder colonial. Essa herança consolidou um imaginário segundo o qual a filosofia brasileira seria (I) derivada, e não originária, fruto reflexo de um ideal civilizatório que associa universalidade ao eurocentrismo, marginalizando epistemologias não europeias, e (II) exclusivamente feita por brancos, ou pelo menos, por mentes embranquecidas, excluindo o pensamento indígena e africano, de maneira a associar filosofia à branquitude.

Os parâmetros dessa última, historicamente construídos e normatizados pelo poder colonial, definem o que é reconhecido como racional, legítimo e verdadeiro sob o signo do sujeito pensante. As filosofias indígenas, africanas e populares serão, portanto, classificadas - quando muito, em tempos mais recentes, especialmente a partir da virada do século XIX - como “saberes tradicionais”, “cosmovisões” ou “expressões culturais”, nunca como filosofia propriamente dita. Tal classificação revela o que Denise Ferreira da Silva (2007) chama de “racionalidade separadora”, isto é, uma lógica que define quem pode ser sujeito de pensamento e quem permanece como objeto de análise. Essa lógica de exclusão também se reflete na forma como o conhecimento filosófico é registrado, organizado e disseminado nas instituições acadêmicas, evidenciando a necessidade de uma abordagem crítica que contemple diferentes epistemologias.

O presente estudo parte da hipótese de que tais mecanismos não são obras do passado, mas persistem na contemporaneidade, adaptando-se às instituições acadêmicas e culturais atuais configurando o que Maria Aparecida Bento (2022) denomina como pacto narcísico da branquitude: um acordo tácito pelo qual a branquitude se reproduz institucionalmente, invisibilizando saberes não brancos e legitimando práticas de ensino, pesquisa e historiografia que reforçam a centralidade europeia.

E, no caso da Filosofia, isso se reflete tanto na maneira como (I) não há um esforço sistemático nas instituições de nível superior de formar filósofas(os) brasileiras(os) com conhecimento consistente em Filosofia brasileira (II) quanto na exclusão de pensadoras(es) e grupos não-brancos brasileiros da história da filosofia brasileira, bem como (III) na resistência em relação à criação de novas maneiras de contar a história da filosofia brasileira

2 METODOLOGIA

O trabalho adota abordagem genealógica e decolonial, articulando leitura crítica de textos clássicos e contemporâneos sobre filosofia brasileira e produção de saber racializado, com atenção aos processos históricos de exclusão epistemológica.

A metodologia inclui: (I) Levantamento bibliográfico e análise historiográfica: textos de Antônio Paim (1981), Paulo Margutti (2013), Julio Cabrera (2013) e Ricardo Vélez Rodríguez (1999); (II) Leitura crítica de autores sobre branquitude, racismo estrutural e epistemicídio: Maria Aparecida Bento (2022), Denise Ferreira da Silva (2007), Sueli Carneiro (2023), Lélia Gonzalez (2020) e Nego Bispo (2023).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fundamentação teórica deste estudo articula-se em dois eixos principais: a historiografia da filosofia brasileira e a crítica da branquitude como estrutura epistemológica.

O primeiro eixo, o levantamento bibliográfico e a análise historiográfica, recorre a textos de Antônio Paim (1981), Paulo Margutti (2013), Julio Cabrera (2013) e Ricardo Vélez Rodríguez (1999), escolhidos por sua representatividade no debate sobre filosofia brasileira e racismo estrutural; que permitem compreender como a filosofia brasileira se constituiu historicamente sob uma lógica eurocêntrica e cristã. Esses autores evidenciam

a presença dominante de padres e teólogos católicos na formação do campo filosófico nacional, bem como a associação entre universalidade e padrões europeus de racionalidade. A análise desses textos possibilita reconstruir o regime de visibilidade seletiva que legitima certos sujeitos e saberes em detrimento de outros, oferecendo um quadro detalhado das condições históricas que sustentam a exclusão sistemática de filosofias indígenas, africanas e populares refletida em políticas curriculares, avaliação acadêmica e seleção de autores.

O segundo eixo, a leitura crítica de autores que abordam branquitude, racismo estrutural e epistemicídio, inclui Maria Aparecida Bento (2022), Denise Ferreira da Silva (2007), Sueli Carneiro (2023), Lélia Gonzalez (2020) e Nego Bispo (2023). Esses autores fornecem ferramentas conceituais para compreender o pacto narcísico da branquitude e os mecanismos epistemológicos que naturalizam a exclusão de sujeitos não brancos. Em especial, conceitos como “racionalidade separadora” (Silva) e “pacto narcísico da branquitude” (Bento, 2022) permitem analisar como a filosofia brasileira se organiza como campo de produção e legitimação do conhecimento em que a branquitude estrutura simultaneamente visibilidade e invisibilidade, presença e ausência, autoridade e silenciamento.

A integração desses dois eixos teóricos possibilita não apenas a identificação dos mecanismos históricos e estruturais da exclusão, mas também a reflexão crítica sobre como esses processos persistem na contemporaneidade. Essa fundamentação sustenta a hipótese de que a filosofia brasileira, enquanto campo disciplinar, permanece marcada pela centralidade europeia e branca, e que romper com essa estrutura exige reconhecer e legitimar os saberes situados, orais, ancestrais e populares como componentes constitutivos do pensamento filosófico nacional.

Assim, as consequências desses mecanismos da branquitude para a formação filosófica no Brasil são múltiplas e estruturais. O pacto narcísico e o fetichismo do sujeito racional, articulados à herança cristã e escritocêntrica, moldam não apenas o conteúdo, mas também a forma e a finalidade da educação filosófica no país. A filosofia ensinada nas universidades brasileiras é, em grande medida, uma filosofia voltada para fora de si — um espelho do Ocidente, reproduzindo padrões de autoridade e reconhecimento que pouco reconhecem a densidade filosófica das experiências situadas neste território.

A formação do filósofo brasileiro, nesse contexto, é uma formação de repetição, não de invenção. Ela reproduz um modelo epistemológico cuja autoridade se ancora em referências europeias e cujas margens são, quando muito, objetos de curiosidade. Como

observa Sueli Carneiro (2023), o epistemicídio não é apenas a destruição do saber do outro, mas também a incapacidade de reconhecer o potencial epistêmico da diferença. Assim, a ausência de autores e autoras negras, indígenas e não brancas nos currículos de filosofia não é mero acaso histórico, mas resultado de uma operação sistemática de controle de legitimidade.

O que se naturalizou como “formação filosófica” no Brasil é, em última instância, a formação do olhar branco — um olhar que universaliza a própria experiência, impondo-a como norma, e nega o caráter localizado de sua visão. Isso explica por que, mesmo entre os chamados “filósofos brasileiros” reconhecidos pela tradição acadêmica, como Miguel Reale ou Farias Brito, há uma constante busca de validação externa. A filosofia brasileira é ensinada, quase sempre, como um apêndice da filosofia europeia, e não como um campo que pensa a partir de suas próprias condições históricas, raciais e espirituais. Essa lógica, portanto, não é apenas histórica, mas constitui um padrão epistemológico contínuo, refletindo-se na escolha de autores e no modo como se ensina filosofia.

A predominância do texto escrito, da dissertação argumentativa e da retórica racionalista constitui um filtro que marginaliza as formas orais, performativas e comunitárias de pensar. As filosofias dos terreiros, dos povos originários, das quebradas urbanas e dos quilombos, apesar de sua profundidade epistêmica, não cabem nesse formato — não por falta de rigor, mas porque o modelo pedagógico é concebido para não as reconhecer. Ao restringir a visibilidade e circulação desses saberes, as instituições comprometem o acesso à informação e à diversidade epistemológica, reforçando a centralidade eurocêntrica e branca na produção do conhecimento

É necessário reconhecer que o cristianismo, a escrita e o universalismo não são apenas instrumentos teóricos, mas dispositivos de poder racial e colonial. Desmontá-los é mais do que incluir novos nomes: é criar formas de aprender, de pensar e de sentir o filosófico. A filosofia do Brasil, se quiser ser verdadeiramente brasileira, precisa romper com o narcisismo que a mantém refém de si mesma. Isso exige não apenas denunciar o apagamento das filosofias não brancas, mas reconstruir as condições de possibilidade do próprio pensar — transformando o espaço filosófico num campo em que a diferença não seja tolerada, mas constitutiva.

CONCLUSÕES

Ao problematizar a branquitude como estrutura epistemológica e não apenas

como marcador social, o trabalho busca contribuir para a descolonização da Filosofia brasileira. Essa descolonização exige não somente recuperar nomes e saberes subalternizados, mas repensar os próprios critérios do que é considerado filosófico. Em outras palavras, não se trata de ampliar o cânone, mas de reconfigurar o horizonte do pensamento, incorporando saberes situados e experiências subalternizadas, rompendo com o pacto narcísico que sustenta a exclusividade branca e colonial da razão moderna, reformulando a lógica de autoridade e legitimidade filosófica.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Maria Aparecida Silva. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BISPO, Nego. **Colonização, quilombos: modos de significação**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2023.
- CABRERA, Julio. **Diário de um filósofo no Brasil**. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. 280 p. (Coleção filosofia; 35).
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro, Zahar, 2023
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- PAIM, Antonio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. São Paulo: Convívio, 1981.
- PINTO, Paulo Margutti. **História da filosofia no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2013.
- RODRÍGUEZ, R. V. **Panorama da Filosofia brasileira**. Proyecto Ensayo, Geórgia, 1999.
- SILVA, Denise Ferreira da. **Toward a Global Idea of Race**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

<p>Recebido/ Received: 10/12/2025 Aceito/ Accepted: 27/12/2025 Publicado/ Published: 30/12/2025</p>
--